

A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DO ESTUÁRIO DO RIO JEQUIÁ -ILHA DO GOVERNADOR- RJ: A DEGRADAÇÃO DO REMANESCENTE DE MANGUEZAL E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Alex Calcagno de S. Santos¹; Elmo Rodrigues da Silva²; Genésio Gregório Filho³.

1 Mestrando em Engenharia Ambiental, Área de Saneamento Ambiental: Controle da Poluição Urbana e Industrial PEAMB/UERJ, e-mail: alex.calcagno@ig.com.br.

2 D.Sc em Saúde Pública, Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: elmo@uerj.br

3 Especialista em Educação para Gestão Ambiental – Área do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - PDBG/UERJ, e-mail: genesiogreg@ig.com.br

RESUMO

Este trabalho consiste na descrição dos efeitos da urbanização nas grandes cidades e a conseqüente produção de espaços propícios ao aumento de problemas sócio-ambientais, tendo como estudo o manguezal estuarino do Rio Jequiá, Ilha do Governador (RJ). Esse remanescente de manguezal vem sofrendo uma degradação contínua, afetado pelo processo de expansão urbana com grande incremento a partir da década de 40. Recentemente, uma série de ações em busca da preservação do ecossistema pelo poder público e agentes locais levou a criação da Área de Preservação Urbana do Estuário do Jequiá (APARU). Nesta região localiza-se a primeira colônia de pescadores do Brasil, com atividade pesqueira atualmente decadente, mas que possuiu grande importância no Século XIX, com população superior a 2500 habitantes, dos quais poucos ainda pescam. A poluição da Baía de Guanabara e os conflitos sociais existentes entre o poder público e a comunidade muito contribuem para perda de conquistas sócio-ambientais desta região. Desta forma, busca-se recuperar parte das informações sobre projetos locais desenvolvidos pela comunidade e órgãos públicos, bem como trazer alguns dos anseios da população para melhoria da qualidade de vida.

ABSTRACT

This work consists in a description of urbanization in big cities and the consequent production of propitious spaces for the increase of social and environmental problems, having as the study the estuary swamp of the Jequiá River, Ilha do Governador (RJ). This remaining of the swamp has been suffering a continuous degradation, affected by the urban expansion with a great increase since 40s. Recently, a series of actions to find the ecosystem preservation by the public power and local agents took to the creation of the Area of Urban Preservation of the estuary of Jequiá (APARU). The first Brazilian fishing colony is located in the region. Although current fishing activities are decreasing, they already had a huge importance in the 19th Century, with a population greater than 2500 inhabitants, and which only a few still fish. The pollution of the Guanabara Bay and the existent social conflicts between the community and the public power contribute a lot to the loss of the social and environmental conquest of this region. This way, here is a search for the recuperation of part of the information about local projects developed by the community and public organizations for a better quality of life.

Palavras-Chave: conflitos sociais urbanos, impactos ambientais, manguezal.

1. INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica do Rio Jequiá, situada entre os paralelos 22°48'00'' e 22°49'55'' da latitude sul e os meridianos 43°10'30'' e 43° 12'10'' longitude oeste de Greenwich, na Ilha do Governador no Rio de Janeiro, maior ilha localizada na Baía de Guanabara (Figura 1), é uma região de ecossistema de manguezal, com uma área remanescente de Mata Atlântica, o Morro do Matoso, local favorável para o crescimento de espécies de fauna e flora cujas características refletem diretamente na produção do pescado e na sustentabilidade de outras espécies, incluindo o homem.

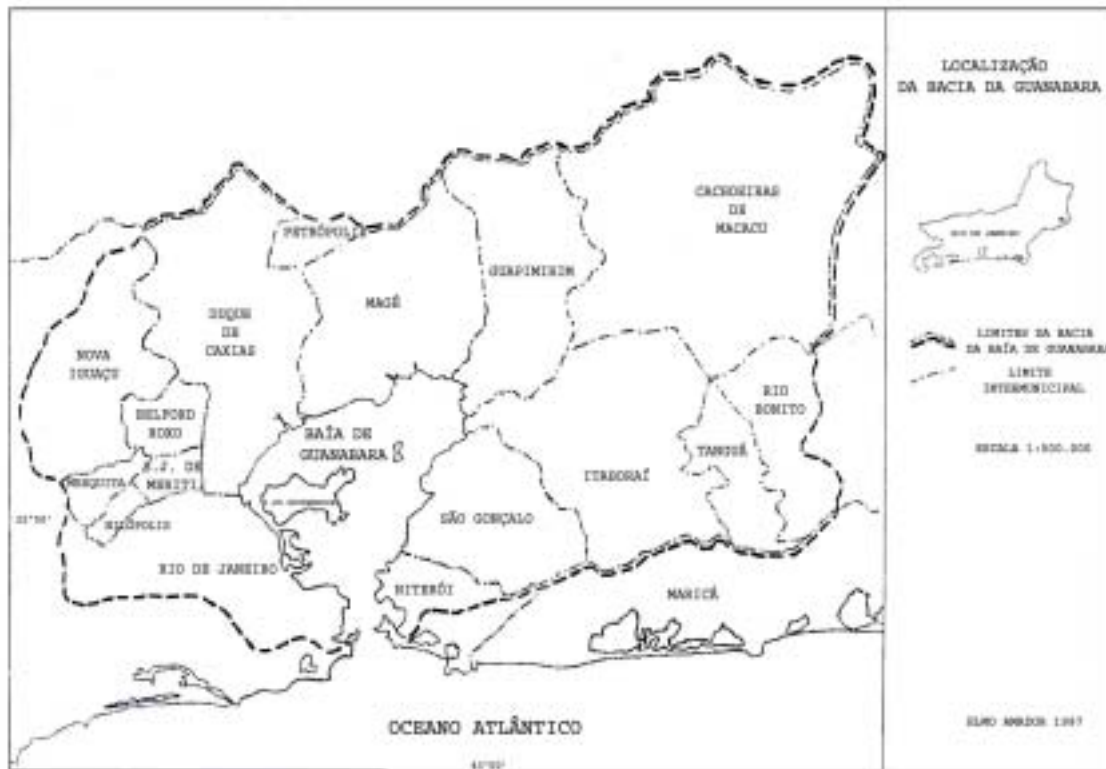


Figura 1-bacia da baía de Guanabara- divisão administrativa¹.

O Rio Jequiá, cuja nascente está em um local conhecido como Guarabu percorre em sua extensão por volta de 2,2 km internamente a um canal coberto por uma laje concretada, desembocando no Saco do Jequiá. Sua bacia possui uma área de 3,34 Km² e a comunidade do Jequiá possui uma população por volta de 2700 habitantes, onde a maioria dos moradores nativos é procedente de famílias de pescadores. Conforme Sales Santos et al. (2002), muitos contam com grande orgulho que na infância iam pescar com seus familiares e o pescado que traziam era comercializado na região.¹

A bacia do Rio Jequiá é margeada por áreas carentes que ocupam encostas da Serra da Morena e Nossa Senhora das Graças, com uma população estimada de 51.500 habitantes em 1991, segundo Silva et al. (1991), concentrada nos bairros: Zumbi, Guarabu, Cacuaia, Jardim Guanabara e áreas de encosta supracitadas.

Atualmente de todas as 24 enseadas, sacos e gamboas, precipuamente existentes, 15 foram inteiramente eliminados por sucessivos aterros e outros, como no caso do Jequiá, mutilados, de acordo com Amador (1997). A destruição destas áreas acarreta a perda de elos importantes da cadeia biológica, com reflexos

profundos na produção de pescado e também na identidade regional. Geralmente, os problemas sócio-ambientais transcendem aos próprios limites físicos da bacia, sendo margeados por interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais que podem desconfigurar vocação e identidade regionais.²

Neste cenário de ecossistema de manguezal destacam-se cinco agentes políticos: a Marinha de Guerra do Brasil, o Centro de Educação Ambiental, a Associação dos Amigos do Manguezal do Jequiá, a Associação dos Pescadores da Colônia Z-10 e a Associação de Moradores. Com isto, o trabalho propõe discutir o tema dos conflitos sócio-histórico-ambientais dessa região e seus reflexos na busca da preservação do manguezal.

2. O PROCESSO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Quanto ao referido Saco de Jequiá vários momentos contribuíram para degradação e nos movimentos em prol da preservação do ecossistema da região, cujo processo se iniciou na década de 1970. Foram diversas as agressões ocorridas, como a construção de aterros para implantação de campo de futebol, da sede da Colônia dos pescadores, da estrada no trecho em curva em torno do mangue, além

¹ Fonte: AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos*. Rio de Janeiro: E. S. Amador, 1997. p.23, alterado por Genésio Gregório Filho (IBGE,2002 ; IPP,2002 ; PCRJ,2000)

² Veja em HJORT-AF-FORNAS (1996) a definição de bacia socioambiental, em CASTRO (199_,1995) a exequidade da gestão ambiental baseada no poder local e também comentado em : GUIMARÃES ,1997; HOGAN,1995; VIOLA,1995; DRUMMOND,1997; ASCERALD,1999; AMADOR,2002; ABREU,1997; PDBG,2002; PEREIRA ALVES,2001;PCRJ,1998.

do crescimento desordenado das áreas de encostas contíguas, dentre outras.

A edificação da Avenida Galeão Ribeira em 1971 pela Marinha, hoje chamada de “Estrada do Jequiá”, utilizou em sua construção, parte da área de manguezal. Para evitar possíveis invasões e lançamento de resíduos sólidos foi construída uma cerca, a qual foi substituída posteriormente por um muro de alvenaria. Das poucas áreas florestadas que foram poupadas pela urbanização, encontra-se a reserva florestal da Estação Rádio da Marinha, contígua à área de manguezal.

Dentre os impactos verificados, tem-se o despejo de resíduos de origem domiciliar, industrial e comercial, além de acidentes de derramamento de petróleo, como o ocorrido em 1975, quando o navio Tarik Ibn Ziyad, lançou cerca de 6.000 toneladas de petróleo cru nas águas da Baía da Guanabara e em 2000, quando 1,3 milhões de litros de petróleo vazaram do duto da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC/Petrobrás), atingindo o estuário³.

3. OS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS E A BUSCA PELA PRESERVAÇÃO

A Colônia de Pescadores Z-10, remotamente denominada Z-1, foi fundada em 1920, conhecida como Colônia de Pesca Almirante Gomes Pereira, cujo nome mais tarde foi alterado devido à fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. Atualmente possui uma associação que desenvolve trabalhos comunitários em uma área onde a pesca sobrevive precariamente, mantendo a tradição da pesca apenas quando os pescadores e seus filhos vão para alto mar, expondo-se ao perigo em tal ação. Os registros históricos sobre a Colônia de Pescadores são escassos, fato que leva a busca em conjunto com a comunidade do resgate precioso da sua história, da sua origem, baseado nos mais diversos relatos de moradores de várias gerações, destacando o papel da colônia em sua fundação e na atualidade.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) realizou em 1991 um estudo contratado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, sob o título: “Diagnóstico ambiental preliminar da bacia do Rio Jequiá” (Silva et al, 1991), realizado por professores da UERJ em conjunto com outras entidades. Tal estudo, com a mobilização de diversos atores locais foram importantes para a criação da Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana, conhecida como APARU do Jequiá, criada em 31 de agosto de 1993 pelo Decreto Municipal nº 12250, ficando esta área sob tutela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.⁴

Diversas entidades públicas como a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), através da Ong Mundo da Lama desenvolveram trabalhos de educação ambiental na região.⁵

O Centro de Educação Ambiental, construído no local, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, recebe visitas de alunos de escolas da região e vem desenvolvendo trabalhos de educação ambiental através da exposição de vídeos, cartilhas e da observação do manguezal. Monitores ambientais buscam zelar pela preservação do manguezal, com trabalho de replantio e limpeza da área. Contudo, verifica-se a dificuldade na implantação da gestão ambiental da área, principalmente quanto à interação com a comunidade e à busca das melhores resoluções para contrapor a degradação do manguezal. Um dos exemplos desta “incompatibilidade” de interesses pode ser verificado com a construção do cinturão marginal em torno da área ocupada pela colônia Z-10, utilizando pneus que estavam abandonados no manguezal, o que levou o abaixo assinado feito pela comunidade para sua retirada, além do atual processo contra a Prefeitura Municipal encaminhado ao Ministério Público pelas instituições locais.

A Associação dos Amigos do Manguezal do Jequiá, com atuação desde 1974 quando seu fundador, José Luiz de Castro Ferreira, iniciou seus trabalhos com o processo de replantio do manguezal, diagnóstico de fauna e flora existente, vem desenvolvendo projetos na área ambiental com apoio de parceiros públicos como a Marinha e empresas privadas, e através da promoção de eventos tenta sensibilizar e informar a comunidade local a respeito das interações da cadeia biológica do manguezal. Dentre alguns trabalhos executados cita-se o mutirão de limpeza do mangue desenvolvido junto aos moradores. Além destes, destaca-se a atuação da Associação de Moradores e da Associação de Pescadores local, as quais possuem boa aceitação por parte da comunidade.

4. AÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO ESTUÁRIO DO JEQUIÁ

As ações conflitivas entre os agentes sociais locais e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por falta de maior entrosamento, tem dificultado à melhoria da qualidade ambiental do mangue agravado pelos acidentes ambientais e pela falta de saneamento da região. Através de pesquisa realizada por Sales Santos et al (2002) constata-se que o esforço de envolvimento da comunidade na melhor gestão do espaço deve ser intensificado a fim de superar os conflitos existentes.

O desenvolvimento de novos projetos, estudos e a continuidade dos já existentes é de fundamental importância. A resolução dos problemas, principalmente quanto ao lançamento de esgotos, depende de intervenções e implantação de infraestrutura que estão além do alcance da comunidade, porém a sensibilização e a conseqüente conscientização sobre os problemas que os afetam serviriam como agentes propulsores para a reivindicação de seus direitos.

³ Vide Silva et al.(1991).

⁴ Ver Silva et al. (1991).

⁵ Segundo Sales Santos et al. (2002), diversas entidades realizam trabalho nesta região como as supracitadas, destacando o Mundo da Lama que desenvolve a educação ambiental com parcerias locais.

A citada comunidade possui um bom nível de organização concretizado pelos atores citados anteriormente e potencial para o desenvolvimento de trabalhos locais como demonstrado pela atuação da Ong. Associação dos Amigos do Manguezal do Jequiá. No que se refere à metodologia de trabalho desenvolvido pela Prefeitura Municipal no Centro de Educação Ambiental (CEA Jequiá) percebe-se que ações sobrepostas são realizadas e por vezes se apresentam conflitivas com a atuação da referida Ong, levando a um desgaste para ambas e, conseqüentemente, adiando-se a busca por soluções compartilhadas mais eficazes e sustentáveis.

O problema dos resíduos sólidos poderá ser mais bem equacionado em nível local, com iniciativas de coleta seletiva, mas quanto ao esgoto a solução é mais difícil. Mesmo com uma boa rede coletora presente na Ilha do Governador, ainda existem muitos pontos de lançamento irregular e ausência de rede, dependendo da ação do poder estadual através de sua concessionária - CEDAE (Cia. Estadual de Água e Esgoto). Ações do poder público municipal como o Favela Bairro poderão contemplar as áreas de encosta, principalmente no setor de saneamento. É preciso uma maior interação entre as ações do poder local e o poder estadual, sem a qual, será muito difícil chegar aos resultados esperados.

Cabe ressaltar que o Estuário é afetado pelo lançamento de lixo, esgoto e carreamento de sedimentos à montante de sua localização, além dos poluentes provenientes da Baía de Guanabara que nele penetram, afetando não só a população local, mas também à flora e fauna ainda existentes. Espera-se que, uma vez concluído o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara em todas as suas vertentes, os impactos ambientais da área possam ser minimizados. Portanto, sem uma solução definitiva para estas questões, em curto espaço de tempo, esse remanescente de manguezal será mais um ecossistema que desaparecerá da Baía de Guanabara.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos. Rio de Janeiro: E. S. Amador, 1997.
- . Ecossistemas, Cobertura Vegetal e Unidades de Conservação da Baía de Guanabara e de sua bacia hidrográfica. Apostila PDBG. Rio de Janeiro, 2002. No prelo.
- ASCELRAD, Hanri; LEROY, Jean-Pierre. Novas premissas da sustentabilidade democrática. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999.
- DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.
- CASTRO, Dionê Maria Marinho. Experiências e propostas de gestão ambiental de bacia hidrográfica. Rio de Janeiro, [199-]. No prelo.
- . Elementos para a formulação de uma metodologia de gestão ambiental de bacia hidrográfica. Rio de Janeiro, 1995. No prelo.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas.in: BECKER, Berta; MIRANDA, Mariana. A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 13-44.
- HJORT-AF-FORNÄS. Jordförstöring och miljösäkerhet. In : JERVAS, G. (ed). Hallbar utveckling – Em orealistisk dröm? Rapport pour försvarets Forskningsanstalt (FOA). Sueden, 1996.
- HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 1995.
- IBGE. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornece dados sobre o crescimento populacional do país, assim como, da distribuição da população entre outros dados. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2002.
- IPP. O Instituto Pereira Passos fornece dados referentes a população, dados históricos, assim como mapas digitais do Município do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 14 de set. 2002.
- PDBG. Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Educação Ambiental: especialização e capacitação em educação ambiental. Cadernos pedagógicos v. 1, 2, 3, e 4. Rio de Janeiro: Gráfica UERJ, 2002.
- PEREIRA ALVES, Jorge Rogério. Manguezais: educar para proteger. Rio de Janeiro: FEMAR / SEMADS, 2001.
- PCRJ. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Guia das unidades de conservação ambiental do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PMRJ, 1998.
- . Mapeamento e caracterização do uso das terras e cobertura vegetal no município do Rio de Janeiro entre os anos de 1984 e 1999. Rio de Janeiro: PCRJ, 2000.
- SALES SANTOS, Alex Calcagno et al. O Crescimento Urbano Desordenado, a Conseqüente degradação de uma área de Manguezal e sua Contextualização Histórica: o Caso do Jequiá - Ilha do Governador - RJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Monografia para titulação de Especialista em Educação para Gestão Ambiental, 2002
- SILVA, Elmo Rodrigues da et al. Diagnóstico Ambiental Preliminar da Bacia do Rio Jequiá-Ilha do Governador. Relatório Final. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. 1991. Documento restrito
- VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. Meio ambiente, desenvolvimento e Cidadania: desafios das ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995.